

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E PLANO PLURIANUAL

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às dezessete horas, no Plenário da Câmara Municipal de Cruzeiro, realizou-se a Audiência Pública sobre Orçamento Participativo, convocada em conformidade com as normas municipais e amplamente divulgada nos canais oficiais da Prefeitura de Cruzeiro.

A audiência contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Paulo Felipe, do Secretário Municipal de Finanças, Júlio César Martins, do Secretário Municipal de Governo, Danilo, demais vereadores, autoridades municipais e membros da comunidade.

Após as saudações iniciais, o Presidente da Câmara concedeu a palavra ao Secretário de Finanças, Júlio César Martins, que agradeceu a presença de todos e esclareceu que, conforme exigência normativa, a audiência seguiria um Regimento Interno próprio. Para tanto, solicitou que o servidor Daniel, representante da Secretaria de Comunicação da Prefeitura, realizasse a leitura resumida dos principais pontos do regimento.

Daniel procedeu à leitura do Regimento Interno da Audiência Pública do Orçamento Participativo de Cruzeiro, previamente publicado no site oficial da Prefeitura. Entre os dispositivos apresentados, destacaram-se:

- Objetivos da audiência, voltados à promoção da cultura de participação popular na elaboração das peças orçamentárias, à apresentação dos conceitos de orçamento público e à oitiva da população sobre suas demandas prioritárias.
- Pauta da audiência, incluindo a apresentação das peças orçamentárias, das etapas de elaboração do orçamento municipal e dos resultados do questionário de participação popular.
- Diretrizes de participação, assegurando manifestação livre dos presentes, por meio de formato híbrido, com transmissão ao vivo e posterior disponibilização da gravação.
- Regras de manifestação oral, por meio de inscrição organizada pelos mediadores, respeitando-se ordem e tempo previstos no regimento.
- Direitos dos participantes presenciais e virtuais, incluindo assinatura de lista de presença e preenchimento de formulário eletrônico.

- Tempo máximo da audiência, fixado em duas horas.

Após a leitura e ciência do regimento, o Secretário Júlio César Martins deu início à apresentação técnica sobre orçamento público, abordando:

- Conceitos gerais do orçamento municipal, fundamentação legal (Lei 4.320/1964), princípios orçamentários e estrutura das peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA).
- Explicação das etapas de elaboração do orçamento e das classificações orçamentárias, incluindo detalhamento por funções, subfunções, programas, ações e elementos de despesa.
- Apresentação da composição da receita municipal, contemplando tributos próprios, transferências estaduais e federais, serviços públicos e convênios.
- Demonstração sintética do orçamento municipal de 2025, com destaque para receitas estimadas, despesas por secretaria e vinculações legais.
- Esclarecimentos sobre a metodologia usada para estimativa de arrecadação e fixação de despesas, conforme parâmetros econômicos e legislação vigente.

O Secretário também esclareceu o papel do Orçamento Participativo, mecanismo que visa ampliar a participação popular e integrar as prioridades da população ao processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2026.

Questionário de Participação Popular

Em seguida, apresentou os resultados preliminares do questionário de participação popular, disponível entre 12 de junho e 5 de julho de 2025, que obteve 757 respostas. Foram apresentados dados demográficos referentes a faixa etária, gênero, escolaridade, tipo de moradia, meio de transporte utilizado e bairros de residência dos participantes, além das prioridades indicadas pela população em áreas como meio ambiente, iniciando pela análise das respostas referentes à preservação ambiental, combate à poluição sonora e gestão de resíduos sólidos.

Na sequência da apresentação metodológica, o Secretário de Finanças apresentou detalhadamente as prioridades apontadas pela população no questionário de Orçamento Participativo. Os resultados foram expostos por área temática, destacando-se:

1. Meio Ambiente

A população indicou como prioridades:

- Preservação ambiental, aumento de áreas verdes e arborização (455 respostas);
- Combate à poluição sonora causada por escapamentos adulterados e veículos (429 respostas);
- Gestão de reciclagem de resíduos sólidos e destinação adequada (340 respostas);
- Combate à poluição de rios e fiscalização ambiental;
- Educação ambiental.

2. Assistência Social

Foram apontados como itens prioritários:

- Otimizar o atendimento, reduzindo tempo de espera e melhorando a qualidade (414 respostas);
- Melhor assistência às pessoas em situação de rua;
- Manutenção da Casa de Passagem (227 respostas);
- Melhor divulgação de serviços e ampliação de oficinas socioassistenciais.

3. Cultura

Os cidadãos destacaram:

- Oficinas e cursos gratuitos de formação artística, especialmente nos bairros, por meio dos programas Facump e Fademp (389 respostas);
- Revitalização de espaços culturais, com ênfase no Centro Cultural Rotunda;
- Feiras literárias, festas populares e festivais culturais;
- Promoção de apresentações culturais em praças, escolas e centros culturais.

4. Desenvolvimento Rural

As principais demandas foram:

- Recuperação das estradas vicinais (383 respostas);
- Fortalecimento da agricultura familiar (346 respostas);
- Internet para Todos na zona rural;
- Criação de unidade administrativa municipal na zona rural;
- Programa Patrulha Rural.

5. Desenvolvimento Urbano

A população indicou como prioridades:

- Novos programas habitacionais (466 respostas), como CDHU e Minha Casa Minha Vida;
- Regularização fundiária;
- Atualização da legislação urbanística, código de obras e uso do solo.

6. Geração de Emprego e Renda

Os itens mais votados foram:

- Atração de novas empresas (487 respostas);
- Apoio ao microempreendedor (MEI);
- Feiras de emprego e programas de estágio;
- Construção de novo distrito industrial;
- Incentivo ao turismo como atividade econômica.

7. Esporte, Lazer e Juventude

Houve empate técnico nas duas prioridades principais:

- Novas modalidades esportivas;

- Infraestrutura de espaços esportivos (campos, quadras e áreas públicas).
Também foram citados: transporte para atividades esportivas e criação de centro de treinamento de ginástica.

8. Infraestrutura Urbana

Destacaram-se:

- Iluminação pública eficiente (376 respostas);
- Pavimentação de ruas e calçadas;
- Obras de drenagem e combate a enchentes;
- Sinalização de trânsito.

9. Mobilidade Urbana

As prioridades foram:

- Pavimentação asfáltica;
- Criação de nova via para melhoria do trânsito;
- Modernização do sistema semaforico;
- Implantação de ciclovias;
- Faixas elevadas (lombofaixas).

10. Secretaria da Mulher e Direitos Humanos

Foram apontadas:

- Patrulha Maria da Penha (455 respostas);
- Prevenção e acompanhamento da saúde da mulher;
- Cursos de capacitação;
- Atividades para melhor idade;

- Ações de conscientização em direitos humanos.

11. Pessoa com Deficiência

Entre mais de 500 respostas, as principais demandas foram:

- Maior acesso a profissionais de saúde e terapias especializadas;
- Acessibilidade urbana (365 respostas);
- Profissionais de apoio nas escolas;
- Capacitação para atendimento inclusivo;
- Programas de preparação profissional.

12. Segurança Pública

Foram elencadas como prioridades:

- Operações conjuntas para retirada de armas das ruas (344 respostas);
- Ampliação da iluminação pública em LED (326 respostas);
- Patrulhas escolar e rural;
- Ampliação do efetivo da Guarda Municipal;
- Manutenção e expansão das câmeras do COI.

13. Transporte Público

Os participantes apontaram como principais itens de melhoria:

- Linhas e itinerários dos ônibus;
- Manutenção da frota;
- Pontualidade;
- Qualidade dos pontos de ônibus.

14. Turismo

As prioridades foram:

- Retorno do trem turístico;
- Apoio a eventos;
- Melhoria da infraestrutura turística;
- Capacitação dos prestadores de serviço;
- Criação do museu da Revolução (já com convênio firmado).

15. Saúde

A população indicou como principais demandas:

- Otimizar o atendimento, com menor tempo de espera (504 respostas);
- Aumentar oferta e rapidez de exames;
- Construção de uma UPA 24h;
- Ampliação das especialidades médicas;
- Implementação de pronto-socorro infantil ampliado na Santa Casa.

16. Educação

Os itens mais votados foram:

- Melhorar infraestrutura escolar (420 respostas);
- Formação continuada de profissionais;
- Aumento de vagas em creches;
- Expansão do ensino integral;
- Atendimento especializado para alunos com deficiência.

17. Cursos profissionalizantes

A população apontou preferência por cursos de:

- Inteligência artificial e tecnologia da informação;
- Empreendedorismo;
- Hospitalidade e turismo;
- Radiologia.

Participação Presencial e nas Urnas da Câmara

Também foi apresentado o resultado da consulta complementar realizada pela Câmara Municipal, por meio de urnas instaladas em diversos pontos da cidade, com 61 respostas, cujas prioridades convergiram com os resultados do questionário on-line, reforçando demandas em saúde, água e esgoto, educação, segurança pública, transporte, vias públicas, emprego e cursos profissionalizantes.

A Prefeitura registrou agradecimento público à Câmara Municipal pela parceria na realização do processo de Orçamento Participativo.

Etapa de Inscrições e Manifestações dos Múncipes

Aberta a etapa de manifestações, conforme o regimento, o Presidente da Câmara anunciou o primeiro inscrito:

1. Manifestação do munícipe Roberto Maciel Pereira, morador do bairro Lagoa Dourada

O munícipe apresentou os seguintes pontos:

1. Departamento Jurídico: considerou o orçamento destinado insuficiente, sugerindo a criação da figura do Defensor Público Municipal, com provimento efetivo, para atendimento à população de baixa renda, sobretudo em casos de violência doméstica.
2. Zona Azul: apontou abusos no uso de vagas especiais (idosos, gestantes, PCD) e sugeriu que a posse da carteirinha fosse suficiente para estacionar em qualquer local, independentemente de vaga demarcada.
3. Saúde: mencionou que o município deveria aplicar o mínimo constitucional de 15% na área e sugeriu que 5% fossem destinados especificamente à

farmácia municipal, priorizando medicamentos para diabetes.

4. Orçamento Municipal: considerou o montante de R\$ 363 milhões insuficiente e indagou sobre a previsão para o exercício seguinte.
5. Censo Demográfico: sugeriu atualização municipal do número de habitantes, utilizando a estrutura do SAAE, visto que acredita haver subcontagem no Censo oficial, o que afeta repasses federais como o FPM.

Após sua fala, o Secretário de Finanças, Júlio César Martins, agradeceu as contribuições e respondeu ponto a ponto. Declarou que:

- O orçamento do Departamento Jurídico reflete a execução histórica da pasta, mas que a sugestão será analisada junto ao Prefeito e ao Secretário de Assuntos Jurídicos, especialmente quanto à viabilidade e legalidade da proposta de Defensoria Municipal.
- As questões relativas à Zona Azul serão encaminhadas ao Secretário de Segurança Pública para avaliação, por se tratarem de matéria mais regulatória que orçamentária.
- A Prefeitura avaliará as observações sobre a saúde e gastos mínimos constitucionais.
- Quanto ao censo, explicou a importância dos dados para repasses e se comprometeu a levar a sugestão à gestão municipal para estudo de viabilidade.

Após as respostas dadas ao munícipe Roberto Maciel, passou-se à manifestação do segundo inscrito.

2. Manifestação do munícipe Adriano Eustáquio de Almeida, morador do Jardim América

O munícipe solicitou que, na próxima audiência, fossem apresentados novamente os valores detalhados de investimentos, como realizado em audiência anterior, pois não recordava de todas as informações. Perguntou ainda sobre as placas afixadas em obras municipais contendo valores de convênios e questionou se tais recursos já estavam no orçamento ou se seriam futuramente incorporados.

O Secretário de Finanças esclareceu que:

- A exposição de valores nas placas não significa que o recurso já foi integralmente repassado ao município, pois convênios de obras acima de R\$

1 milhão são pagos em parcelas, conforme execução e prestação de contas.

- Também informou que os documentos e apresentações podem ser solicitados e encontram-se disponíveis na Câmara e nos canais oficiais.

3. Manifestação da munícipe Olívia Mendes Leal da Costa, moradora da Vila Paula Romeu

A munícipe apresentou diversas colocações, com foco em:

a) Metodologia do Orçamento Participativo

- Criticou o fato de as perguntas do questionário serem, em sua visão, induzidas, por abordarem temas já previstos no plano de governo, limitando respostas mais abertas.
- Sugeriu que futuras edições incluam perguntas livres, como campo “Outros”, para permitir ao cidadão descrever suas próprias prioridades.
- Questionou a divulgação das urnas disponibilizadas em unidades de saúde e na Câmara, afirmando não ter visto comunicação clara sobre a existência dos pontos físicos de participação.

b) Planos Municipais não executados

A munícipe apontou que diversos planos aprovados pelo município não estão sendo implementados, incluindo:

- Plano Municipal de Mata Atlântica
- Plano de Arborização Urbana
- Plano de Gestão de Resíduos Sólidos
- Plano de Mobilidade Urbana
- Plano Municipal de Saneamento Básico

Apresentou críticas específicas, como:

- Perdas de água tratada em torno de 65%, sem substituição adequada de tubulação;

- Falta de execução de ações previstas para curto prazo, como troca das bombas do Itagaçaba;
- Ausência de previsão concreta para início da ETE Mata Atlântica e para inauguração da ETE Central;
- Problemáticas estruturais do Plano de Mobilidade, insuficiente para o porte da cidade.

c) Cultura e orçamento

- Manifestou preocupação com a redução do orçamento da Cultura e observou que o município não possui Conselho de Cultura constituído há mais de um ano, o que poderia impedir o recebimento de verbas federais.
- Questionou cortes recorrentes no orçamento do meio ambiente.

d) Habitação de Interesse Social

- Perguntou qual órgão responderá pelos atendimentos relacionados a pendências e termos de ajuste em áreas de habitação.

e) Reabertura do processo participativo

- Solicitou a reabertura do Orçamento Participativo, argumentando que o processo não foi verdadeiramente participativo e que a população deveria ter nova oportunidade para enviar sugestões antes do fechamento da LOA.

Após sua fala, o Presidente da Câmara e o Secretário de Finanças responderam.

O Presidente da Câmara informou que:

- As urnas estiveram disponíveis na entrada da Câmara, na UBS Itagaçaba, no CRAS Leste, no ARE e na UBS da Rua 10, sempre acessíveis ao público.
- A metodologia usada pela Câmara diferiu da metodologia da Prefeitura, justamente para evitar vieses e garantir maior amplitude.
- As perguntas aplicadas pela Câmara não eram induzidas, mas sim abertas, com espaço para sugestões escritas de próprio punho.

- O relatório consolidado das urnas - elaborado por comissão específica - apresentou cerca de 400 sugestões, as quais foram encaminhadas à Prefeitura para consideração.
- A Câmara reconhece que o processo pode melhorar e que a primeira edição após mais de 10 anos é um marco importante, passível de aperfeiçoamento.

O Secretário de Finanças, Júlio César, respondeu às questões técnicas da munícipe Olívia, esclarecendo que:

- Enquanto órgão executor, sua atuação se limita à execução das despesas e programas enviados pelas secretarias.
- Programas já aprovados e não executados precisam ser respondidos pelas secretarias responsáveis; contudo, comprometeu-se a buscar informações e fornecer resposta posterior.
- Informou que haverá mudanças no sistema de transporte público, pois novo processo licitatório está em andamento.
- Sobre o tratamento de água e esgoto, pontuou que a ETE Central está com obra adiantada e previsão estimada para conclusão no próximo ano.
- Quanto ao orçamento de Cultura e Meio Ambiente, explicou que o valor alocado depende das ações e programas solicitados pelas secretarias para o PPA e para a LOA, e que é necessário justificar tecnicamente qualquer aumento.
- Informou ser inviável reabrir o processo participativo para a LOA 2026, pois o prazo legal de envio à Câmara encerra-se na terça-feira seguinte.

A munícipe Olívia agradeceu os esclarecimentos, reiterou a importância da maior presença do Executivo nas audiências públicas e destacou que encaminhará ofício formal com sugestões e pedidos de emendas ao orçamento para apreciação da Câmara.

4. Manifestação do Secretário Municipal de Cultura, Patrick

O secretário esclareceu que:

- O orçamento da Cultura nos últimos anos esteve limitado pelo PPA vigente, que previa poucas ações estruturadas.

- Para o novo PPA, a Secretaria está construindo novas ações e programas, o que permitirá aumentar o orçamento da pasta, desde que justificadas as necessidades e compatibilidade com a receita municipal.
- Informou que a legislação para reestruturação do Conselho Municipal de Cultura já está tramitando na Câmara.

O Presidente da Câmara confirmou a tramitação, agradeceu a presença do secretário e reiterou que o Legislativo está à disposição para colaborar na construção das políticas culturais.

5. Manifestação do Vereador Higmar da Silva Lopes (Partido Novo)

O vereador iniciou saudando os presentes e destacou a relevância do Orçamento Participativo, afirmando esperar que o Executivo cumpra a vontade popular refletida nas consultas.

Apresentou críticas e observações, entre elas:

- Que muitas das prioridades apontadas no processo já são demandas antigas e recorrentes, indicando carências persistentes.
- Citou falhas no atendimento da patrulha rural, que teria funcionado apenas por determinado período.
- Destacou problemas estruturais nas escolas, incluindo entrega tardia de uniformes e materiais escolares, além de relatos de professores que compram materiais básicos por falta de suprimentos.
- Apontou dificuldades relacionadas à iluminação pública, com diversas reclamações de moradores sobre lâmpadas queimadas e falta de reposição imediata.
- Acrescentou que somente após publicização de vídeos e denúncias em redes sociais houve atendimento em alguns casos.

O Secretário de Finanças respondeu dizendo que muitas das demandas citadas pelo vereador são questões operacionais que precisam ser encaminhadas às respectivas secretarias. Assim, afirmou que todas as reclamações serão levadas aos setores competentes para avaliação e ajustes.

6. Manifestação do Secretário de Assuntos Jurídicos, Diógenes Gori

O Secretário informou que:

- Estão em elaboração estudos e minuta de lei para criação da Patrulha Agrícola, com participação do Conselho de Desenvolvimento Rural;
- Operadores das máquinas já foram contratados e encontram-se em fase de treinamento, de modo que a implantação do serviço deve ocorrer em breve.

7. Manifestação do Presidente da Câmara, Paulo Felipe

O Presidente lembrou que a Câmara realizou, em julho, audiência pública sobre o Plano Nacional de Cultura, na qual se discutiu a necessidade de aumentar o percentual do orçamento destinado à Cultura para cerca de 1% a 2%, como orienta o plano nacional. Reiterou formalmente o pedido para que a Secretaria de Cultura envie documentação e justificativas para este incremento, a fim de permitir indicações legislativas ao Executivo.

Também destacou a importância de:

- Rever o orçamento da Cultura;
- Reforçar investimentos na Guarda Civil Municipal;
- Avaliar a possibilidade de aumentar a dotação da Segurança Pública em 0,25% ou 0,5%, visando compra de equipamentos e fortalecimento institucional.

Ressaltou ainda o trabalho dos vereadores no envio de emendas parlamentares, que complementam o orçamento municipal em áreas como educação, esporte, saúde e infraestrutura.

8. Manifestação do munícipe Peterson

O munícipe agradeceu a oportunidade e refletiu sobre o papel da audiência no fortalecimento da democracia. Abordou três temas centrais:

a) Viabilidade financeira

Pontuou que, diante da dívida municipal, é fundamental avaliar se é possível cumprir as demandas indicadas pela população no orçamento participativo.

b) Mobilidade Urbana

Descreveu preocupações sérias:

- A ponte da Oton Barcelos (ponte velha do Itagaçaba) estaria em situação crítica, apresentando risco iminente de tragédia;
- Projetos de mobilidade que agregam fluxo à rotatória da Vila Batista tenderiam a agravar congestionamentos;
- Propôs alternativas estruturantes, como:
 - criação de nova via de ligação para o bairro Retiro da Mantiqueira
 - retomada de antigo projeto de 2006 que previa ligação viária entre Itagaçaba e Vila Maria, o que permitiria desviar o trânsito pesado vindo da Maxion.

O munícipe relatou que esse projeto foi, inclusive, apresentado ao Ministério Público na época, mediante troca de terrenos autorizada por lei, mas nunca saiu do papel.

Respostas às colocações do munícipe Peterson

O Presidente da Câmara informou que:

- Toda a apresentação orçamentária já considera a receita prevista e inclui despesas obrigatórias, como saúde, educação, precatórios e INSS;
- Sugestões serão encaminhadas à Prefeitura e poderão ser estudadas junto ao Plano Diretor e à Secretaria de Planejamento Urbano;
- O Legislativo tem buscado recursos externos (emendas) para ampliar investimentos em diversas áreas.

O Secretário Júlio César complementou:

- O orçamento apresentado se baseia na receita real estimada para 2026;
- A Emenda Constitucional 136 (PEC 66), aprovada em 9 de setembro, permitirá que a Prefeitura reparele dívidas, trazendo maior capacidade financeira;
- Mesmo com dívidas acumuladas ao longo de vários governos, a nova legislação dará fôlego para execução do orçamento sem comprometer ações essenciais;
- Quanto às questões da ponte e mobilidade urbana, serão encaminhadas aos secretários responsáveis, pois sua atuação é executiva e condicionada ao recebimento de pedidos e projetos.

9. Manifestação do Vereador Marinho

O vereador informou que apresentou requerimento referente à ponte Ademar de Barros, solicitando limpeza das grelhas e manutenção estrutural. Também mencionou dificuldades enfrentadas pela Guarda Municipal, que possui viaturas paradas por falta de reparo de motores, alguns orçados em até R\$ 25 mil. Pediu apoio do Secretário para viabilizar as demandas.

O Secretário Júlio confirmou que já está ciente de parte das solicitações e que as verificações estão em andamento junto ao setor responsável.

Considerações finais do munícipe Peterson

Reforçou seu pedido para que o projeto de mobilidade urbana de 2006 seja resgatado, pois solucionaria importantes gargalos viários da cidade. Sugeriu articulação com emendas parlamentares para viabilizar o investimento.

Encaminhamentos finais

O Presidente da Câmara:

- Agradeceu a contribuição dos participantes;
- Propôs que o Arquiteto e Urbanista Mário Notarangeli seja convidado para uma futura audiência pública sobre planejamento urbano e Plano Diretor, dada a relevância do tema;
- Reforçou a importância de ouvir continuamente a população.

Encerramento

O Secretário de Finanças agradeceu:

- Aos vereadores;
- À equipe técnica da Prefeitura, em especial Fernanda, Gabriela, Danilo e Evandro;
- Aos munícipes presentes e aos que acompanharam a transmissão;

Ressaltou que o processo foi produtivo e contribuiu para esclarecer o funcionamento do orçamento municipal.

Por fim, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a Audiência Pública do Orçamento Participativo, agradecendo a presença de todos.